

GEONOMA FLORESTAL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

(em transformação)
CNPJ/ME 12.302.286/0001-49 - NIRE 35.224.542.973

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **(A) Bruno Almozara Aranha**, brasileiro, casado no regime parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.886-680-0 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 296.552.198-44, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, nº 287, apartamento 134, Vila Mariana, CEP 04011-001 ("Bruno"), e **(B) Rodrigo Trassi Polisel**, brasileiro, casado no regime parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.754.598-0 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 351.781.218-80, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Ararape de Faria, nº 74, apartamento 113, Vila Gomes, CEP 05590-020, na qualidade de únicos sócios da **Geonoma Florestal Soluções Ambientais Ltda.**, sociedade empresarial limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 455, conjunto 1.102, Cerqueira Cesar, CEP 01419-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.302.286/0001-49 e com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.224.542.973. **Resolvem**, de comum acordo, nos termos e para fins do artigo 1.072 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), de acordo com os seguintes termos e condições: 1. Resolvem os sócios, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, transformar o tipo jurídico da Sociedade, passando de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") sendo que a Sociedade manterá o mesmo objeto social, endereço e sede social, não sofrendo qualquer interrupção ou solução de continuidade em seus negócios, bens, direitos, obrigações e atividades, sendo garantidos todos os direitos dos credores, situação que os sócios reconhecem e aprovam sem restrição. 2. Tendo em vista o quanto deliberado nos itens 1 acima, os sócios decidem alterar a denominação social da Sociedade para **"Geonoma Florestal Soluções Ambientais S.A."** ("Companhia"). 3. Resolvem os sócios aprovar a conversão da totalidade das 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, representativas do capital social da Sociedade, as quais se encontram totalizadas em subscritas e integralizadas, 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de acordo com os termos e condições dispostos na Lista de Subscrição (**Anexo I**). 3.1. Os sócios consignam que a conversão da totalidade das quotas de emissão da Sociedade em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, nos termos do item 3 acima, cumpriu todos os requisitos previstos no artigo 8º da Lei das S.A. Em virtude das quotas de emissão da Sociedade na mesma quantidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, a relação completa dos acionistas da Companhia, com a indicação da quantidade de ações subscritas por cada um dos acionistas em razão da transformação ora aprovada e o percentual de participação no capital social total da Companhia, segue abaixo:

| Acionista | Ações Ordinárias | Participação no Capital Social Total (%) |
|------------------------|------------------|--|
| Bruno Almozara Aranha | 25.000 | 50% |
| Rodrigo Trassi Polisel | 25.000 | 50% |
| TOTAL | 50.000 | 100% |

5. Os sócios resolvem aprovar a criação de uma nova classe de ações preferenciais de classe "A" de emissão da Companhia, a qual terá os direitos e vantagens descritos abaixo ("Ações PN"): (i) **Ausência do Direito de voto**. As Ações PN não conferem ao seu titular o direito a voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia; (ii) **Convertibilidade**. As Ações PN são convertíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia; (iii) **Amortização e resgate**. As Ações PN da Companhia não são passíveis de amortização e serão resgatáveis mediante aprovação da Assembleia Geral pela totalidade dos acionistas da Companhia; (iv) **Dividendos Preferenciais**. Em cada exercício social, a totalidade das Ações PN dará direito ao recebimento de dividendos não cumulativos e juros sobre capital próprio calculados de acordo com o Acordo de Acionistas e Estatuto Social da Companhia no valor total de R\$ 1,00 (um real) ("Dividendos PN"); (v) **Outros Dividendos**. As Ações PN não participam dos lucros que remanesçam após o pagamento dos Dividendos PN; e (vi) **Reembolso de capital**. As Ações PN conferirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação do patrimônio da Companhia até o valor do patrimônio líquido correspondente às Ações PN representadas no capital social total da Companhia. 6. Por decorrência da conversão das quotas de emissão da Sociedade em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e criação das Ações PNs, os artigos 5º a 7º do novo Estatuto Social da Companhia vigorarão com a seguinte redação: **"Capítulo II - Do Capital Social: Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo titular no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Parágrafo 2º. Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros, nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações, se levada a efeito em violação ao Acordo de Acionistas. Artigo 6. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a (1) voto nas Assembleias Gerais de acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma do presente Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e da legislação aplicável. Artigo 7. As ações preferenciais classe "A" terão as seguintes características e conferirão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens ("Ações PN"): (i) Ausência do Direito de voto. As Ações PN não conferem ao seu titular o direito a voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia; (ii) Convertibilidade. As Ações PN da Companhia não são passíveis de amortização e serão resgatáveis mediante aprovação da Assembleia Geral pela totalidade dos acionistas da Companhia; (iii) Dividendos Preferenciais. Em cada exercício social, a totalidade das Ações PN dará direito ao recebimento de dividendos não cumulativos e juros sobre capital próprio calculados de acordo com este Estatuto no valor total de R\$ 1,00 (um real) ("Dividendos PN"); (iv) Outros Dividendos. As Ações PN não participam dos lucros que remanesçarem após o pagamento dos Dividendos PN; e (v) Reembolso de capital. As Ações PN conferirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação do patrimônio da Companhia até o valor do patrimônio líquido correspondente às Ações PN representadas no capital social total da Companhia. 7. Resolvem os sócios que a administração da Companhia caberá à Diretoria. 8. A Diretoria será composta por no mínimo 1 (um) membro, sendo ele Diretor sem designação específica, eleito e destituível a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, devendo exercer suas funções até a eleição e posse de seu substituto. 9. Resolvem os sócios eleger o Sr. **Bruno Almozara Aranha**, brasileiro, casado no regime parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.886-680-0 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 296.552.198-44, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, nº 287, apartamento 134, Vila Mariana, CEP 04011-001, para exercer o cargo de **Diretor sem designação específica**, com mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data, permanecendo em seu cargo até a posse de seu sucessor. 9.1. O Diretor, ora eleito, toma posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, na forma de **Anexo I** à presente ata, o qual será devidamente averbado no Livro de Registro de Atas da Reunião da Diretoria da Companhia, e aceita o cargo para o qual foi eleito, declarando expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 10. Em razão das alterações relativas à administração da Sociedade deliberada nos itens 7 ao 9 acima, além de outras mudanças, os artigos 12 a 15 do novo Estatuto Social da Companhia vigorarão com a seguinte redação: **"Capítulo IV - Da Administração - Disposições Gerais: Artigo 12. A administração da Companhia compete à Diretoria. Parágrafo único. A remuneração global dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral. Diretoria: Artigo 13. A Diretoria será composta por, no mínimo 01 (um) membro, eleito no prazo de 30 (trinta) dias antes da realização da Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Parágrafo único. O mandato dos Diretores será automaticamente prorrogado até a posse de seus substitutos. Artigo 14. A Companhia será representada perante terceiros por: (i) 1 (um) procurador e 1 (um) Diretor; ou (ii) 2 (dois) procuradores, em conjunto, com poderes especiais. Artigo 15. As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 1 (um) Diretor. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e terão prazo de validade limitado ao máximo de 1 (um) ano, com exceção daquelas para fins judiciais, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado".** 11. A remuneração global dos administradores da Companhia, para o exercício social corrente, será fixada oportunamente pelos acionistas em Assembleia Geral, observado o disposto na legislação aplicável e no Estatuto Social que ora passa a reger a Companhia. 12. Os sócios decidem aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, o qual, lido e rubricado por todas, já refletindo a integralidade das deliberações, passa a fazer parte do presente instrumento com **Anexo II** ao presente instrumento. 13. Os sócios consignam que as publicações legais da Companhia serão realizadas em jornal de grande circulação na cidade da sede da Companhia. 14. Os sócios aprovam a não instalação do Conselho Fiscal, conforme previsto no Estatuto Social ora aprovado. 15. Os administradores da Companhia ficam incumbidos de utilizar as formalidades e procedimentos relativos à sua transformação de sociedade empresarial limitada em sociedade por ações e atualização dos registros pertinentes perante os órgãos competentes. E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma. São Paulo/SP, 03 de outubro de 2022. **Sócios/Acionistas: Bruno Almozara Aranha, Rodrigo Trassi Polisel**. Visto da Advogada: Carolina Vilela Marcondes Machado - OAB/SP nº 410.180, JUCESP/NRE nº 3530060268-4 em 17/10/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. JUCESP nº 619.896/22-0 em 17/10/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social: Geonoma Florestal Soluções Ambientais S.A. - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração: Artigo 1. A Geonoma Florestal Soluções Ambientais S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo disposto no presente estatuto social ("Estatuto"), pelo Acordo de Acionistas arquivado em sede da Companhia ("Acordo de Acionistas") e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). Artigo 2. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 455, conjunto 1.102, Cerqueira Cesar, CEP 01419-000, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de acionistas. Artigo 3. A Companhia tem por objetos sociais: (i) o desenvolvimento, a produção e a comercialização de produtos e serviços ambientais; (ii) a prestação de serviços ambientais; (iii) a prestação de serviços ambientais; (iv) a elaboração de planos e projetos de conservação e proteção de recursos naturais; (v) a elaboração de planos e projetos de gestão e manejo de recursos naturais e áreas rurais; (vi) elaboração e execução de projetos de recuperação ambiental; (vii) inventários de flora, fauna e espécies comerciais; (ix) licenciamento ambiental; (x) planejamento estratégico; (xi) zoneamento ambiental; (xii) elaboração de planos de gestão e manejo de unidades de conservação; (xiii) elaboração e desenvolvimento de projetos socioambientais; (xiv) elaboração e desenvolvimento de projetos de educação ambiental; (xv) análise de viabilidade econômica de projetos ambientais; (xvi) diagnóstico ambiental; (xvii) elaboração e desenvolvimento de estudos e avaliações de impactos ambientais; (xviii) elaboração e desenvolvimento de planos de visitação e trilhas interpretativas; (xix) treinamento na área ambiental; e (xx) participação no capital de outras empresas, como sócio-quotista ou acionista, mesmo que de outros setores econômicos. Artigo 4. A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social: Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações nominativas e sem valor nominal, todas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo titular no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Parágrafo 2º. Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros, nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações, se levada a efeito em violação ao Acordo de Acionistas. Artigo 6. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a (1) voto nas Assembleias Gerais de acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma do presente Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e da legislação aplicável. Artigo 7. As ações preferenciais classe "A" terão as seguintes características e conferirão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens ("Ações PN"): (i) Ausência do Direito de voto. As Ações PN não conferem ao seu titular o direito a voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia; (ii) Convertibilidade. As Ações PN são convertíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia; (iii) Amortização e resgate. As Ações PN da Companhia não são passíveis de amortização e serão resgatáveis mediante aprovação da Assembleia Geral pela to-******

talidade dos acionistas da Companhia; (iv) **Dividendos Preferenciais**. Em cada exercício social, a totalidade das Ações PN dará direito ao recebimento de dividendos não cumulativos e juros sobre capital próprio calculados de acordo com este Estatuto no valor total de R\$ 1,00 (um real) ("Dividendos PN"); (v) **Outros Dividendos**. As Ações PN não participam dos lucros que remanesçarem após o pagamento dos Dividendos PN; e (vi) **Reembolso de capital**. As Ações PN conferirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação do patrimônio da Companhia até o valor do patrimônio líquido correspondente às Ações PN representadas no capital social total da Companhia. **Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo 8. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social, da legislação aplicável ou do Acordo de Acionistas exigirem deliberação dos acionistas. Parágrafo 1º. As Assembleias Gerais da Companhia serão realizadas na sede da Companhia, sendo facultado aos acionistas realizá-las por meio de teleconferência ou outros meios digitais. Parágrafo 2º. As Assembleias Gerais da Companhia serão convocadas por 1 (um) Diretor ou mediante solicitação por escrito enviada por qualquer acionista, na forma da lei aplicável, e serão presididas por 1 (um) Diretor e, na sua ausência, por um acionista designado pela maioria de membros presentes na Assembleia Geral. O Presidente da Assembleia convidará, dentre os presentes, o Secretário dos trabalhos. Parágrafo 3º. A primeira convocação para as Assembleias Gerais da Companhia deverá ser feita com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência da data marcada para a realização da respectiva Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia. Caso a Assembleia Geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. **Parágrafo 4º. A Assembleia Geral poderá ser convocada por qualquer acionista, desde que apresente as respectivas procurações, no mínimo, 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a Assembleia Geral. Artigo 10. Independentemente das formalidades de convocação para Assembleias Gerais, será considerada regularmente convocada a Assembleia à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. Artigo 11. As deliberações da Assembleia Geral das matérias previstas em lei ou abaixo relacionadas, ressalvas das hipóteses especiais previstas em lei ou no Acordo de Acionistas, serão tomadas por maioria de votos dos acionistas com direito a voto: (a) Qualquer alteração ou acréscimo ao estatuto social da Companhia, incluindo alterações no objeto social da Companhia; (b) Qualquer alteração na natureza geral dos negócios da Companhia; (c) Qualquer alteração na composição do capital social, exceto se por força do exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia; (d) A criação de qualquer classe, subclasse, série, subclasse de ações e/ou qualquer emissão de ações, incluindo, sem limitação, a emissão de ações preferenciais e o resgate pela Companhia de quaisquer ações; (e) A emissão de ações de título, ações específicas; (f) Qualquer outorga de direitos de preferência ou benefício a quaisquer acionistas (incluindo, sem limitação, quaisquer direitos ou benefícios em preferência aos direitos das Ações PN, exceto aqueles expressamente previstos neste Estatuto); (g) Quaisquer restrições à transferibilidade das ações (exceto aquelas expressamente previstas no Acordo de Acionistas); (h) Qualquer aumento ou redução do capital social, incluindo aumentos condicionais de capital, com relação à Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, exceto os aumentos de capital por força do exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia, ou a distribuição de quaisquer valores aos seus respectivos acionistas, seja qual for a sua denominação e conceito; (i) Qualquer limitação ou retirada de direitos de preferência na subscrição; (j) Qualquer conversão das Ações PNs em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia; (k) Qualquer alteração no endereço ou na sede da Companhia; (l) A venda, alienação ou transferência de todos ou substancialmente todos os ativos ou negócios da Companhia; (m) Fusão, cisão, transformação, incorporação, reorganização societária ou operação similar (independentemente da denominação legal) da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias; (n) O início de qualquer processo de liquidação ou dissolução, ou processo de falência ou insolvência, ou qualquer processo similar, de acordo com a Lei de qualquer jurisdição, com relação à Companhia ou a qualquer uma de suas subsidiárias; (o) O pagamento de dividendos e o estabelecimento e aprovação de políticas de pagamento de dividendos e suas alterações em relação à Companhia ou a qualquer uma de suas subsidiárias; (p) Qualquer deliberação sobre a distribuição do produto da liquidação ou devolução de capital em favor dos acionistas; (q) A eleição ou substituição dos Diretores ou auditores da Companhia; (r) A política de remuneração e o valor da remuneração dos Executivos Chave da Companhia; (s) Acordo sobre a remuneração, salário e/ou benefícios dos Conselheiros; (t) A aprovação ou alteração de qualquer plano de aposentadoria para Executivos Chave da Companhia; (u) A criação ou de bônus sobre as ações da Companhia ou qualquer subsidiária da Companhia, bem como sobre qualquer parte dos ativos da Companhia, exceto conforme estabelecido no Acordo de Acionistas; (v) A outorga, direta ou indireta, de qualquer direito ou benefício, em qualquer forma, a qualquer natureza, pela Companhia ou suas subsidiárias, salvo disposição em contrário neste Contrato; (w) A outorga de procurações para atos de titularidade, ressalvas das procurações especiais limitadas às operações previstas no Orçamento Anual; e (w) A aprovação do Orçamento Anual da Companhia, Plano de Negócios e políticas de compliance, e qualquer alteração aos mesmos. **Capítulo IV - Da Administração - Disposições Gerais: Artigo 12. A administração da Companhia compete à Diretoria. Parágrafo único. A remuneração global dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral. Diretoria: Artigo 13. A Diretoria será composta por, no mínimo 01 (um) membro, eleito nos termos do Acordo de Acionistas e Estatuto Social da Companhia, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Parágrafo único. O mandato dos Diretores será automaticamente prorrogado até a posse de seus substitutos. Artigo 14. A Companhia será representada perante terceiros por: (i) 1 (um) procurador e 1 (um) Diretor; ou (ii) 2 (dois) procuradores, em conjunto, com poderes especiais. Artigo 15. As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 1 (um) Diretor. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e terão prazo de validade limitado ao máximo de 1 (um) ano, com exceção daquelas para fins judiciais, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal: Artigo 16. O Conselho Fiscal é um órgão não permanente, instalado a qualquer momento, quando solicitado por qualquer dos acionistas, e composto por (i) três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral por prazo determinado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal terá os poderes e as funções que lhe confere a Lei das S.A. Parágrafo 1º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. Parágrafo 2º. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos cargos mediante termo de posse, lavrado no livro próprio, prestando as informações exigidas por lei, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição. **Capítulo VI - Do Exercício Social e Lucros e Dividendos: Artigo 17. O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício, será levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras, com observância das disposições legais aplicáveis. Parágrafo 1º. A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e juros sobre o capital próprio, mediante deliberação dos acionistas e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos e juros sobre o capital próprio, caso distribuídos, deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo 2º. As demonstrações contábeis da Companhia estarão sujeitas a auditoria anual por auditores independentes. Artigo 18. Antes da distribuição de quaisquer dividendos, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre o lucro. Parágrafo 1º. Os Dividendos PN da Companhia poderão ser pagos, a lucros líquidos auferidos em cada exercício, em qualquer forma, com exceção de: (i) lucros acumulados; (ii) de reserva de lucros; e (iii) de reserva de capital, por deliberação da assembleia geral de acionistas da Companhia, ser distribuído, no exercício em que o lucro líquido for insuficiente, à conta das reservas de capital da Companhia, se existentes, nos termos do artigo 17, § 6º da Lei das S.A. e em observância ao disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo 1º. O valor dos Dividendos PN, quando e se devidos, a que cada Ação PN faz jus, será de R\$ 1,00. **Parágrafo 2º. Os Dividendos PN serão distribuídos anualmente. Artigo 20. Após a distribuição dos Dividendos PN e dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda, observado o disposto no artigo 202 da Lei das S.A., neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, o lucro líquido auferido em cada exercício será a seguinte destinação: (a) a parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinada para a constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; (b) uma parcela do lucro líquido será destinada à formação de reserva para contingências efetivamente apontadas como prováveis pelos auditores independentes da Companhia e confirmadas pelo Conselho Fiscal, se instalado, cuja constituição será devidamente aprovada em Assembleia Geral da Companhia, observado que a Assembleia Geral deverá sempre evitar qualquer ressalva por parte do auditor em suas demonstrações financeiras; (c) a parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado com as deduções previstas nos itens (a) e (b) acima e no acréscimo das importâncias decorrentes da eventual reversão da reserva para contingências formada em exercícios anteriores, será obrigatoriamente distribuída aos acionistas titulares de ações preferenciais e ações ordinárias, sem prioridade daqueles em relação a estes, a título de pagamento de dividendo mínimo obrigatório, de acordo com o disposto neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas; (d) o lucro líquido remanescente após as destinações acima poderá ser total ou parcialmente retido para a execução de orçamento de capital da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral da Companhia por maioria simples; e (e) o saldo remanescente do lucro líquido, caso existente, deverá ser distribuído como dividendo adicional, nos termos do artigo 202, § 6º, da Lei das S.A. **Parágrafo Único. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. Artigo 21. Os dividendos serão pagos no prazo previsto na legislação aplicável, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, e somente estarão sujeitos a qualquer atualização monetária ou remuneração correspondente se assim for expressamente determinado pela Assembleia Geral de acionistas que aprovar sua distribuição. **Parágrafo Único. Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, reverter-se-ão em proveito da Companhia. **Capítulo VII - Da Liquidação: Artigo 19. O processo de liquidação da Companhia será iniciado por decisão da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma de liquidação, nomeará o liquidante e instalará o Conselho Fiscal para todo o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando os honorários correspondentes, de acordo com o estabelecido nos termos dos artigos 208 e seguintes da Lei das S.A. **Capítulo VIII - Da Arbitragem: Artigo 23. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a London Court of International Arbitration ("LCIA"), na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições do Acordo de Acionistas. E, expressamente, o estatuto da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. **Capítulo IX - Acordo de Acionistas: Artigo 24. Nos termos do artigo 118 da Lei das S.A., a Companhia observará e cumprirá todas e quaisquer disposições do Acordo de Acionistas, durante todo o período de sua vigência, obrigando-se a dar ciência de seu conteúdo aos seus administradores, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora (incluindo o presidente) da Assembleia Geral acatar declaração de voto de qualquer signatário do Acordo de Acionistas que seja contrário às disposições do Acordo de Acionistas ou que não seja assinado pelo signatário do Acordo de Acionistas. Parágrafo 1º. A Companhia aceitará e procederá à ratificação de votos, à transferência de ações, à oneração e/ou a cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que viole, não respeite ou de qualquer forma seja incompatível com as disposições do Acordo de Acionistas ou que, de qualquer forma, possa prejudicar os direitos dos acionistas sob tal acordo. As obrigações e responsabilidades resultantes do Acordo de Acionistas serão válidas e oponíveis a terceiros. **Parágrafo Único. Nos termos do § 8º do artigo 118 da Lei das S.A., o presidente da Assembleia Geral, bem como os membros dos órgãos de administração da Companhia, não deverão compear qualquer voto proferido em desacordo com as disposições do Acordo de Acionistas ou que não seja assinado pelo signatário do Acordo de Acionistas. Parágrafo 2º. A Companhia não participará ou abster-se-á de voto em deliberações das Assembleias Gerais ou reuniões dos órgãos de administração da Companhia. **Sócios/Acionistas: Bruno Almozara Aranha, Rodrigo Trassi Polisel**. Visto da Advogada: Carolina Vilela Marcondes Machado - OAB/SP nº 410.180.****************************

Odoýá Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 20.514.590/0001-88 - NIRE 35300540972

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERTÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ODOÝA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

ODOÝA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), sociedade anônima, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 20.514.590/0001-88, na qualidade de Emissora de Debêntures Simples, não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de sua 1ª (Primeira) Emissão ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), vem, através do presente Edital de Segunda Convocação, convocar os titulares das Debêntures em circulação ("Debenturistas"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos da Odoýa Transmissora de Energia S.A.", celebrado entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunidade dos interesses dos Debenturistas e agente fiduciário da Emissão, em 9 de novembro de 2017, conforme alterada ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a se realizar, em segunda convocação, no dia 28 de outubro de 2022, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, através do sistema eletrônico Microsoft Teams, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81"), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) aprovar a outorga de averbação prévia à Emissora para mudança do controle acionário da Emissora, em virtude da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") por, de um lado, Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Brasil Energia FIP"), atual acionista da Emissora, na qualidade de vendedor, e, de outro lado, Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 841, 5º andar, conjunto 51, CEP 04533-013, inscrita no CNPJ sob o nº 24.624.551/0001-94 ("Argo Energia") e Grupo Energia Bogotá S.A. ESP, pessoa jurídica devidamente constituída sob a lei colombiana, com sede na cidade de Bogotá, Colômbia, na Carrera 9, nº 73-44, inscrita no CNPJ sob o número 22.525.125/0001-41 ("GEB" e, em conjunto com a Argo Energia, as "Compradoras"), na qualidade de compradoras, por meio do qual, uma vez cumpridas determinadas condições suspensivas, as Compradoras, por meio da ARGEB Energia Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 841, 5º andar, conjunto 55, Itaim Bibi, CEP 04533-013, inscrita no CNPJ sob o nº 47.680.198/0001-65 ("ARGEb"), veicula integralmente detido pela Compradoras, adquirindo a totalidade das ações de emissão da Emissora e de outras subsidiárias do Brasil Energia FIP ("Operação"), de modo que a conclusão da Operação não seja considerada um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 4.1.2, alínea "xxix" da Escritura de Emissão; e (b) autorizar que o Agente Fiduciário pratique, em conjunto com a Emissora, todas as medidas e celebre todos e quaisquer documentos necessários à efetivação integral das deliberações tomadas no âmbito da Assembleia. No caso de aprovação pelos Debenturistas das matérias da Ordem do Dia, a Emissora propõe o pagamento de prêmio, em até 15 (quinze) dias úteis após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas ("Waiver Fee") a todos os Debenturistas, nos termos da mais recente Proposta de Administração divulgada pela Emissora até a realização da Assembleia Geral de Debenturistas. **Informações Gerais:** Documentos à Disposição dos Debenturistas: Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia constarão da Proposta da Administração a ser divulgada no website da Companhia (https://www.odoya.com.br) ("Proposta da Administração"), bem como podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu canal de relacionamento com investidores) (ri.odya@quantumtrb.com.br) e/ou ao Agente Fiduciário (por meio do endereço eletrônico a.f.assembleias@oliveiratrust.com.br). Os Debenturistas serão considerados habilitados e poderão comparecer na Assembleia mediante apresentação dos seguintes documentos: (i) quando pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteira de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação da Assembleia; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da Assembleia ainda que não realizem o depósito prévio referido acima, bastando a apresentação de tais documentos, por meio dos e-mails informados acima, até o horário de abertura da Assembleia. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. Os documentos para representação e participação Assembleia deverão ser encaminhados previamente por e-mail para ri.esperanza@quantumtrb.com e a.f.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente com, ao menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, sendo admitido até o horário da Assembleia, conforme Resolução 81. A Assembleia será realizada por meio de plataforma eletrônica, nos termos da Resolução 81, cujo acesso será disponibilizado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas que solicitarem participação previamente por e-mail para ri.esperanza@quantumtrb.com e a.f.assembleias@oliveiratrust.com.br, ao menos, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário de realização da Assembleia, e tendo comprovado poderes para participação, na forma descrita neste edital. Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância até 2 (dois) dias antes da realização da assembleia geral de Debenturistas. O modelo do documento para preenchimento e envio da instrução de voto a distância e as informações completas estão disponíveis por e-mail, de acordo com os seguintes contatos: a.f.assembleias@oliveiratrust.com.br e ri.esperanza@quantumtrb.com. São Paulo, 20 de outubro de 2022. **ODOÝA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Esperanza Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 20.514.555/0001-69 - NIRE 35300355502

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERTÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ESPERANZA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

ESPERANZA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), sociedade anônima, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 20.514.555/0001-69, na qualidade de Emissora de Debêntures Simples, não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de sua 1ª (Primeira) Emissão ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), vem, através do presente Edital de Segunda Convocação, convocar os titulares das Debêntures em circulação ("Debenturistas"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos da Esperanza Transmissora de Energia S.A.", celebrado entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunidade dos interesses dos Debenturistas e agente fiduciário da Emissão, em 9 de novembro de 2017, conforme alterada ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a se realizar, em segunda convocação, no dia 28 de outubro de 2022, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, através do sistema eletrônico Microsoft Teams, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81"), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) aprovar a outorga de averbação prévia à Emissora para mudança do controle acionário da Emissora, em virtude da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") por, de um lado, Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Brasil Energia FIP"), atual acionista da Emissora, na qualidade de vendedor, e, de outro lado, Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 841, 5º andar, conjunto 55, Itaim Bibi, CEP 04533-013, inscrita no CNPJ sob o nº 24.624.551/0001-94 ("Argo Energia") e Grupo Energia Bogotá S.A. ESP, pessoa jurídica devidamente constituída sob a lei colombiana, com sede na cidade de Bogotá, Colômbia, na Carrera 9, nº 73-44, inscrita no CNPJ sob o número 22.525.125/0001-41 ("GEB" e, em conjunto com a Argo Energia, as "Compradoras"), na qualidade de compradoras, por meio do qual, uma vez cumpridas determinadas condições suspensivas, as Compradoras, por meio da ARGEB Energia Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 841, 5º andar, conjunto 55, Itaim Bibi, CEP 04533-013, inscrita no CNPJ sob o nº 47.680.198/0001-65 ("ARGEb"), veicula integralmente detido pela Compradoras, adquirindo a totalidade das ações de emissão da Emissora e de outras subsidiárias do Brasil Energia FIP ("Operação"), de modo que a conclusão da Operação não seja considerada um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 4.1.2, alínea "xxix" da Escritura de Emissão; e (b) autorizar que o Agente Fiduciário pratique, em conjunto com a Emissora, todas as medidas e celebre todos e quaisquer documentos necessários à efetivação integral das deliberações tomadas no âmbito da Assembleia. No caso de aprovação pelos Debenturistas das matérias da Ordem do Dia, a Emissora propõe o pagamento de prêmio, em até 15 (quinze) dias úteis após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas ("Waiver Fee") a todos os Debenturistas, nos termos da mais recente Proposta de Administração divulgada pela Emissora até a realização da Assembleia Geral de Debenturistas. **Informações Gerais:** Documentos à Disposição dos Debenturistas: Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia constarão da Proposta da Administração a ser divulgada no website da Companhia (https://www.esperanzatransmissora.com.br) ("Proposta da Administração"), bem como podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu canal de relacionamento com investidores) (ri.esperanza@quantumtrb.com.br) e/ou ao Agente Fiduciário (por meio do endereço eletrônico a.f.assembleias@oliveiratrust.com.br). Os Debenturistas serão considerados habilitados e poderão comparecer na Assembleia mediante apresentação dos seguintes documentos: (i) quando pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteira de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da Assembleia ainda que não realizem o depósito prévio referido acima, bastando a apresentação de tais documentos, por meio dos e-mails informados acima, até o horário de abertura da Assembleia. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. Os documentos para representação e participação Assembleia deverão ser encaminhados previamente por e-mail para ri.esperanza@quantumtrb.com e a.f.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente com, ao menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, sendo admitido até o horário da Assembleia, conforme Resolução 81. A Assembleia será realizada por meio de plataforma eletrônica, nos termos da Resolução 81, cujo acesso será disponibilizado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário aos Debentur